

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48/XV/1ª

REVOGAÇÃO DO SIADAP E DO SEU SISTEMA DE QUOTAS E PROMOÇÃO DA SUA SUBSTITUIÇÃO POR UM VERDADEIRO SISTEMA DE AVALIAÇÃO QUE PERMITA JUSTA PROGRESSÃO NA CARREIRA

O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) veio instituir um sistema de quotas altamente injusto e pouco transparente. O SIADAP funciona como mecanismo de contenção salarial e que tem vindo a impedir o reconhecimento e a progressão na carreira dos trabalhadores e trabalhadoras da Administração Pública.

Na base da criação do SIADAP encontrava-se uma visão de “melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências” que nunca foi conseguida por não ser possível, nos moldes em que o sistema de avaliação foi definido. Sindicatos e movimentos denunciam um sistema de quotas que não tem promovido justiça na avaliação, um sistema que trava a progressão nas carreiras, um método de avaliação que desmotiva os seus trabalhadores e trabalhadoras.

O SIADAP ao impor quotas para as avaliações de "muito bom" e "excelente", que permitem progredir mais rapidamente na carreira, apenas promove a destruição da organização dos serviços públicos, das relações laborais e ao atribuir às chefias o poder de decidir a classificação do desempenho cria situações de individualismo

enfraquecendo a capacidade de mobilização coletiva para a melhoria das condições de trabalho.

os funcionários públicos consideram importante haver avaliação focada no trabalho coletivo. Os funcionários públicos consideram importante haver avaliação, contudo focada no trabalho coletivo.

A par disto, assistimos a um processo de fusão das carreiras gerais na administração pública que teve como consequência o desaparecimento de carreiras específicas. A um conjunto diversificado de carreiras, correspondentes a outras tantas funções específicas, sucedeu a criação de três carreiras: assistente operacional, assistente técnico e técnico superior. Fruto deste processo desapareceram carreiras essenciais ao bom funcionamento das instituições públicas, como as que temos a vindo a assistir nas escolas que acumulam uma constante carência de assistentes técnicos e assistentes operacionais.

O processo de fusão de carreiras redundou numa enorme desvalorização das funções específicas desempenhadas por estes profissionais o que levou muitos a saírem para outras áreas da administração pública e para a aposentação.

O Orçamento de Estado para 2018 foi, para o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, fundamental para a valorização dos funcionários públicos e para a reposição de rendimentos. Desde esse momento, a Tabela Remuneratória Única (TRU) foi alterada para permitir a valorização dos índices salariais mais baixos e para acomodar a valorização de 0,3% prevista no Orçamento de Estado para 2020. No entanto, essas alterações não resolveram diversas distorções e injustiças relativas da Tabela Remuneratória Única criadas pela forma contagem dos pontos, bem como as referentes ao posicionamento remuneratório e à crescente falta de proporcionalidade da TRU.

Apesar do descongelamento de carreiras e do aumento do salário de entrada na carreira de assistente operacional para 705 euros em 2022, quem trabalha na função pública não recuperou o seu poder de compra. À exceção dos rendimentos mais baixos, que tiveram um aumento de 1% em 2020, a função pública foi aumentada apenas para compensar a inflação dos anos de 2019 e 2021. Mantém-se assim a perda de poder de compra

acumulada ao longo de uma década de congelamento. Em 2020, os salários da função pública eram, em regra, 10% inferiores aos de 2010.

Com o contexto atual a ditar os números da inflação em valores históricos, esta atualização é da máxima urgência. É forçoso garantir, neste momento, condições de vida digna a todos os trabalhadores e trabalhadoras que se refletem, inequivocamente, no valor do seu salário. Este tem de corresponder a um efetivo poder de compra e não o contrário.

Os serviços públicos em Portugal têm sido alvo de degradação por parte dos governos das últimas décadas, ao ponto de hoje faltar investimento e pessoal qualificado para garantir as respostas às necessidades do país. Para cumprir direitos fundamentais como a proteção social, a saúde e a educação são necessários serviços públicos de qualidade com trabalhadores valorizados e qualificados.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Revogue o do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) e inicie um processo legislativo com base num prévio processo negocial, encetado com as organizações sindicais representativas dos trabalhadores da Administração Pública, com vista à criação de um sistema de avaliação sem quotas, transparente e focada no trabalho coletivo, que promova a justa progressão na carreira;
2. Inicie um processo negocial com as organizações representativas dos trabalhadores que vise o estabelecimento de carreiras especializadas, para que seja possível recuperar proporcionalidade, justiça e reforço da valorização dos funcionários públicos e a organização das suas carreiras.

Assembleia da República, 5 de maio de 2022

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

José Soeiro Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua;
Catarina Martins; Joana Mortágua